



O HOMEM BRASILEIRO

Rui Vieira da Cunha

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, especializou-se em História, Direito e Filosofia, tendo realizado diversos cursos no Chile, Uruguai e França.

Dentre as numerosas funções exercidas destacam-se as de chefe do Serviço de Pesquisa Histórica do Arquivo Nacional, de Diretor da Divisão de Educação Extra-Escolar do MEC, de Membro da Comissão de Classificação de Cargos, de Delegado do Brasil à Assembléia da OMS, de Secretário e Ministro Interino da Saúde.

Cursou a ESG, tendo sido também chefe das Divisões de Assuntos Políticos e de Assuntos Psicossociais naquele estabelecimento.

Atualmente é Assistente Jurídico do Ministério da Justiça.

INTRODUÇÃO

Assinala-se atualmente, como traço contristador, o apego ao acidental em detrimento do essencial, nas mais variadas facetas da afirmação humana. Vemos o mundo aferrado à atualidade e às respostas concretas, como se desnecessárias lhe parecessem a *interrogação* filosófica, a *questão* teológica e a *problemática* ética (Kostas Axelos), isto é, precisamente o que é capaz de explicá-lo e desvendar-lhe o sentido.

Antes os fenômenos críticos de nossa época, a réplica imediata exsurge corporificada no desenvolvimento, revestido de faculdades quase mágicas, esquecidas as premissas implicadas no conceito. No entanto, como alerta Ortega y Gasset, "uma definição, se é verdadeira, é irônica, implica reservas tácitas e quando não se a interpreta assim produz funestos resultados".

A ambigüidade vocabular, explorada pela propaganda política e pela publicidade comercial, "mostra-nos o último desafio lançado a todos os humanismos: a crise de *autenticidade*, que tem o seu corolário político numa crise geral de legitimidade do poder" (Antonio de Faria e Maya).

A linguagem funcional transita para a corrente e, cristalizada em *slogans*, adquire valor mágico, abandonadas as lições da *Wissenssoziologie*, "a disciplina que

se esforça em elucidar as diversas modalidades das relações entre as circunstâncias históricas e os edifícios intelectuais" (Karl Mannheim).

Precisamos, por conseguinte, no trato deste tema, formulá-lo corretamente à luz de parâmetros espaço-temporais e buscar respostas apoiadas na adesão a valores essenciais. E nesse contexto localizamos as opções brasileiras, núcleo legitimador de uma Política Nacional, partindo da problemática geral para especificá-la em nosso caso particular.

A CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

Lord Bertrand Russel frisou que

"tentar isolar qualquer uma das formas do Poder — e, de modo especial, em nossos dias, a forma econômica — tem sido, e ainda é, uma fonte de erros de grande importância prática".

Eis algo que se espelhou no conceito de desenvolvimento, de início marcado pela apreciação quase exclusivamente econômica dos fenômenos. Seu campo de elaboração originário, a par da miragem de um progresso retilíneo assegurado pelo instrumental tecnológico, torna compreensível assim fosse. Mas permanecer nessa etapa, ainda hoje, já é lastimável porque significa desconhecer mudanças profundas verificadas nas ordens fática e potencial, para usar a terminologia de José Luiz Romero.

Considerando que o desenvolvimento tem caráter relativo no concernente às unidades de comparação (fatores econômicos, políticos, psicossociais e militares) e de globalidade quanto à composição do Poder Nacional, a síntese formulada na Escola Superior de Guerra faz o Desenvolvimento Nacional no dos elementos básicos da nação. E assim os entende:

- "a) o desenvolvimento do homem, o processo de permanente aperfeiçoamento de seus atributos físicos, intelectuais e espirituais para que eles, comungando com as aspirações nacionais, possa participar da formação de uma sociedade cada vez mais evoluída e aproveitar-se dos benefícios por ela proporcionados;
- b) desenvolvimento da terra, o realizado através da crescente transformação dos recursos naturais em riquezas, do aumento da produtividade agropecuária, do estabelecimento de infra-estrutura (viária, energética, de comunicações etc.) e da adoção de medidas que assegurem e fortaleçam a integridade territorial;
- c) desenvolvimento das instituições, o aperfeiçoamento e crescimento das instituições políticas, econômicas, psicossociais e militares, adequando-as à complexidade e ao volume de encargos gerados pela própria evolução e, sobretudo, capacitando-as a dar continuidade ao processo de desenvolvimento nacional".

Identifica-se, por conseguinte, um processo de aperfeiçoamento e fortalecimento do Poder Nacional, para alcançar e manter os Objetivos Nacionais. O conceito de Poder Nacional preconizado na ESG, por outro lado, traz em si uma intencionalidade ética que subordina sua manifestação, em qualquer de suas expressões, a parâmetros psicossociais. Avaliar a expressão psicossocial, imperativo preliminar, é operação cercada de óbices, porquanto geralmente efetuada em universo indeterminado ou aleatório. A imprevisibilidade das situações sociais e a impossibilidade de identificação de muitas de suas variáveis são obstáculos que se buscam ultrapassar com certo conhecimento global da cultura de um povo, a melhor base para pesar sua capacidade, vulnerabilidade e probabilidades de atitudes e ações.

Em termos de dinâmica do desenvolvimento, por sinal, é altamente ilustrativo o catálogo de Louis-Joseph Lebret, dos fatores que o debilitam ou sustam, bem como dos causadores de desequilíbrios e perturbações. Ai se percebe a importância daquela integração conceitual para a execução prática de uma política a visá-lo.

Recorde-se a velha máxima cristã de que o poder é entregue aos homens não para que estes o usem a seu bel-prazer, mas somente o apliquem com vistas ao bem comum. E vivamente se tenha em mente os sombrios confrontos mascarados por terminologias abusivamente distorcidas.

Boécio, no século V, define a pessoa como "substância individual de natureza nacional". Conceito fundamental tão obscurecido em nossos dias, quando se discutem acirradamente suas seqüelas, amesquinhas por separadas de suas raízes e, dessarte, muito privadas de sentido.

A idéia de humanismo, exalçada até a explicativa do rumo da vida, por isso paga seu preço. O termo ora se emprega no concernente a tendências filosóficas que salientam algum "ideal humano". Como são muitos os ideais humanos em consonância se multiplicam os humanismos — cristão, integral, socialista, liberal, existencialista, científico, pragmatista, naturalista, pan-humanismo . . .

Correntes todas que envolvem, afinal, posicionamento explícito ou implícito ante a tríplice indagação levantada no pórtico desta palestra. No seio da Civilização Ocidental, o Renascimento assinala o acolhimento de uma visão antropocêntrica, a desembocar na antropolatria atual, glorificada no humanismo ateu. O caminho dessacralizante, a ruptura do mundo natural com o sobrenatural deixa o travo amargo de um corte cultural que se aprofunda. Perdida a antiga unidade espiritual, a fragmentação, quando irrompem as massas na cultura hodierna, é o caldo das criações ideológicas, no lúcido balanço de Kostas Papaioanou.

O descobrimento da pessoa e seus valores no Cristianismo significa uma resposta total a essas dubiedades. E o humanismo daí decorrente se concretiza mediante uma Política — o humanismo político, conforme Lachance, que se enfoca teórica e praticamente, ou seja, "na primeira acepção consiste um conjunto de princípios que regem o Estado, promovendo o bem comum; na segunda, disciplina o funcionamento orgânico dos partidos e o comportamento ético dos políticos" (Alfredo Buzaid).

Defrontamo-nos com duas questões decisivas para estimar o homem brasileiro, a posição relativamente à pessoa e seus laços sociais, e o "choque do futuro" evidenciado tecnologicamente. Nada melhor, metodologicamente, do que considerar nosso tema como uma questão de História da Cultura.

O DESAFIO DO MUNDO CONFLITUAL EM QUE VIVEMOS

A Segunda Grande Guerra

Um dos mais espinhosos problemas de teoria da História é o da periodização, sempre envolvente de implícitos julgamentos de valor, exemplo gritante da ação das aludidas ordens homólogas. Abraçar o segundo grande conflito desta centúria como marco para observar o mundo de hoje pode, em consequência, logo provocar suspeitas razoáveis no que tange a sua procedência. Não seria isso, por acaso, mera extrapolação de uma ótica ocidental, imposta a desdobramentos civilizacionais divergentes?

Um exame desapassionado, despido de preconceitos, entretanto, parece bem justificar tal eleição. Verificou-se, ao findar a tormenta, que um fato singular ocorria, pela primeira vez, na História da Humanidade. Uma civilização conseguira tamanha capacidade irradiante que, de um ou outro modo, todos os homens estavam sob seus influxos. Houvera uma unificação do mundo por obra e graça de um traço de sucesso do Ocidente, a tecnologia, que nos permite ingressar no cenário contemporâneo e atingir alguns de seus cruciantes desafios.

Werner Sombart define técnica como "todos os procedimentos de que se serve o homem para a consecução de certas metas", sentido amplo ao lado do estrito, "o uso adequado dos objetos reais".

Ser capaz de opor o polegar aos demais dedos das mãos é o fulcro da arrancada tecnológica do homem. A lentidão dos primeiros passos quase nos dá a sensação da imobilidade, como evidencia a tabela de suas conquistas, oferecida, em 1966, por Toynbee:

- 1 — Tecnologia do Paleolítico Inferior menos de 1.000.000 de anos
- 2 — Tecnologia do Paleolítico Superior — 50.000 a 30.000 anos
- 3 — Tecnologia do Neolítico, agricultura e domesticação de animais — 9.000 anos
- 4 — Domínio da força do vento para mover navios — 5.000 anos
- 5 — Domínio da força da água para mover moinhos — 2.000 anos
- 6 — Aplicação da Ciência experimental à tecnologia — 350 anos
- 7 — Domínios de outras forças não musculares (fora o vento e a água) — 200 anos
- 8 — Eletricidade — 120 anos

9 — Petróleo — 60 anos

10 — Energia atômica — 20 anos

Situa-se no seio da Civilização Ocidental o ponto nodal do quadro, a ciência experimental aplicada à tecnologia. Passagem revolucionária, refletida no ritmo crescente da aceleração histórica, e evidente no encurtamento progressivo do tempo de transição entre descobrimento científico e exploração industrial.

fotografia	112 anos (1727-1839)
telefone	56 anos (1820-1876)
rádio	35 anos (1867-1902)
radar	15 anos (1925-1940)
televisão	12 anos (1922-1934)
bomba atômica	6 anos (1939-1945)
transistor	5 anos (1948-1953)
círculo integrado	3 anos (1958-1961)

Em suma, o intervalo médio entre os estudos teóricos e a realização do produto em escala industrial, que era de 100 anos no século XVII, baixou a metade no XIX, e está entre 5 e 10 anos a esta altura do XX.

Os efeitos gigantescos produzidos na vida prática se pintam com um exemplo de Fourastié, relativo ao tempo necessário para colher uma área de um are, semeado com trigo:

- durante todo o passado, até 1800 — 1 hora, com uma foice pequena;
- em 1850 — 15 minutos, com uma foice de cabo longo;
- em 1900 — 2 minutos, com colhedora-empacotadora;
- em 1920 — 40 segundos, com colhedora-empacotadora dotada de tração mecânica;
- em 1945 — 35 segundos, com colhedora-batedora, que suprime, simultaneamente, as operações de bater.

Ao domesticar forças naturais, o homem muda o panorama físico, com o que engendra uma problemática nova a enfrentar. No cálculo de Toffler, a metade de toda a energia consumida pelo homem, nos últimos dois mil anos, foi despendida nestes derradeiros cem anos, adquirindo extraordinária mobilidade: em 1970, o americano cobria mais de trinta vezes o período total de viagem de seu patrício de 1914... Como que se aniquila a distância física, que se volve uma questão de disponibilidade atual de recursos.

Muda a paisagem material, o homem se aglomera — no mundo, em 1850, só 4 cidades passavam de um milhão de habitantes, mas em 1900 seu número ia a 19 e em 1960 já alcançava 141.

Em verdade, as instituições tradicionais são postas em causa, com a exigência de reajustes necessitados para a criação de um compatível estilo de vida, isto é, "uma série de relações de ordem formal limitada pelas possibilidades técni-

cas". É nítida a consciência de que o desenvolvimento econômico por si só é uma falácia, vale como participe do integral, conjunto de condições materiais permissivas do pleno desdobramento das potencialidades da pessoa humana.

Perfilam-se os fenômenos críticos de nosso tempo: explosão demográfica, urbanização, ascensão das massas, liberação da mulher, crise dos jovens.

A juventude age não apenas como grupo de faixas etárias, apresenta notas comportamentais de classe. Houve, assinala Margaret Mead, uma "divisão drástica e irreversível entre as gerações". A mais velha destas jamais verá repetir-se, na vida dos jovens, sua própria experiência, sem precedentes, de alterações emergentes seqüencialmente. Essa ruptura entre as gerações é de todo nova, sendo planetária e universal.

Em um mundo tingido de violência e angústia, o choque do futuro faz nascer o medo refletido na inquietação da juventude e nos escapismos — sexo, droga, rejeição em bloco de valores, de moralidade e de comportamento tradicionais, para o colapso final do *Establishment*. É mais assustador se torna o alarma de Arendt; no Ocidente, o poder como que degenerou em uma espécie de administração anônima, com o vagaroso definhamento do consenso por parte dos governados, porta aberta a todo tipo de violência. A isso se soma a relativa lentidão do avanço do conhecimento no campo das ciências sociais, em confronto com a avassaladora velocidade da metamorfose das condições de vida sob o impacto tecnológico.

Importante documento, elaborado nos Estados Unidos e apreciado por Claude Lévis-Strauss, acentua cinco tipos de pesquisas ilustrativas dos sucessos alcançados no terreno das ciências do comportamento humano e dos problemas para os quais é lícito esperar próxima solução: "a teoria da comunicação entre os indivíduos e os grupos baseada no emprego de modelos matemáticos; os mecanismos biológicos e psicológicos do desenvolvimento da personalidade; a neurofisiologia do cérebro; o estudo do psiquismo individual e da atividade intelectual, baseada de uma parte sobre a psicologia animal e de outra sobre a teoria das máquinas de calcular". Mas até quando haverá tempo para esperar?

Vê-se a humanidade, enfim, ante as fronteiras da técnica. Esta lhe propicia um rico arsenal, neutro em si mesmo, aplicável para o bem ou para o mal, a desafiá-lo com o mesmo problema ético posto a Adão! Mas as grandes falhas corrosivas das civilizações antecedentes (política, econômica, da guerra), ao invés de superadas, surgiram majoradas com a unificação tecnológica do mundo, desespíritualizado e tateante, pelo abandono orgulhoso do sistema de valores a dar-lhe rumo.

A crise básica de nossos dias é a dos politólogos, com complexidade e urgência ativadas pela vitória tecnológica no setor das comunicações.

Disse H. G. Wells que o papel impresso libertou o homem ocidental, mas hoje o risco é de escravizá-lo, com o mau uso dos meios de comunicação de massa. A partir de 1450, quando, em Mogúncia, Gutenberg imprime o primeiro livro com tipos móveis, há uma maré montante. Na Europa, antes de 1500 contam-se cerca

de 1.000 títulos por ano, número que é 120.000 em 1950, um decênio depois igualado em sete meses e meio.

Afirma Oppenheimer que se o incremento da *Physical Review* continuasse, até o fim do século, igual ao do período 1945-1960 seu peso ultrapassaria o do próprio mundo! Havia, em 1800, 100 jornais e revistas científicos, quase 100.000 em 1960 e, se mantida a taxa de aumento, um milhão no ano 2000. Defrontados com cerca de 80 milhões de páginas anuais de literatura científica e técnica, os especialistas se vêm submergidos e data só de 1892 o começo, com Paul Otlet e Henri La Fontaine, da Documentação. Bacon salientou que conhecimento é poder, enquanto, por tudo isso, Toffler entende hoje diversa a fórmula: conhecimento é mudança.

Atente-se, de fato, para o dimensionamento que imprensa, rádio e televisão imprimem aos fenômenos críticos de nossa época. É cada vez mais provável a criação exterior de informações coincidentes com nossas necessidades, mas, do mesmo passo, perda progressiva de tempo na procura e coleta da documentação, para decifrar e selecionar suas mensagens. Isso subordina, de maneira impressionante, o homem aos meios coletivos de informação e o grande público raciocina a partir de *slogans* incorporadores de fórmulas definidas e já dispensando o trabalho de repensar seus fundamentos.

Torna-se óbvio, nesse contexto, o apertado enlace da problemática contemporânea, das idéias às ações. Apanha em sua rede o mundo em que vivemos e compete a cada nação elaborar suas próprias respostas criadoras, à base de seu desdobramento histórico-cultural. Aí encontram sólido apoio as grandes decisões políticas de formulação de réplicas originais, expressivas de aspirações nacionais, a reptos universalmente lançados, em alucinante sucessão. O ritmo de mudança hodierno, ademais, logo fere de caducidade as pretensas soluções arcaizantes, ou servilmente decalcadas de sucessos alienígenas. Há que saber descobrir seu próprio roteiro.

Evan Papanoutsos apontou efeitos do emprego sistemático dos meios de comunicação sobre a psique do homem moderno, empolgado pela sensação de onipresença:

- a) predominância do perceptual sobre o conceptual na elaboração de idéias, opiniões e sentimentos;
- b) passividade cômoda de espectador, em detrimento da capacidade individual de iniciativa".

Nesse contexto se localizam três causas, atuantes sobretudo em relação aos jovens e técnicos, de ateísmo: a substituição do mundo plasmado pelo Criador por um artificial saído das mãos do homem; a rapidez crescente dos eventos impede seu julgamento; e o nomadismo quebra as tradições (Louis Chevalier, S.J.).

É por tudo isso que, com tintas de pessimismo, vem de escrever Erich Fromm: "creio que as tendências destrutivas de hoje se expandem rapidamente porque o tédio é crescente, a falta de sentido da vida é crescente, as pessoas se

tornam cada vez mais temerosas, tendo perdido a fé no futuro e toda a esperança. Finalmente, porque elas se sentem traídas por todas as promessas, todas as ideologias, todos os partidos, todas as religiões. Nesta situação, muitos indivíduos só encontram uma forma de prazer: destruir a própria vida, a fim de vingar-se de si mesmos e dos que os enganaram”.

As Conquistas Tecnológicas

Devemos a François Russo um precioso resumo de contribuições múltiplas coordenadas com o fito de estudar o impacto humano e espiritual da tecnologia. Articulou-o ao redor de três pontos fulcrais, que nos levam a encarar as raízes dos conflitos psicossociais a aflorar no mundo de hoje:

I) *a realidade mesma do fato tecnológico*. O papel anatômico e infra-estrutural evidente da técnica, suscita indagar como se ata ao cérebro humano e daí se extrai uma visão otimista de libertação. A tecnocracia não resulta de modificação física do cérebro humano, alienadora da liberdade de escolha, sabendo-se que esta permanece intata (André Leroi-Gourhan). A tecnologia se vinca como atividade coletiva, intimamente solidarizando os homens, e, ao elevar a produtividade, transformou qualitativamente as relações homem-natureza (Albert Dondeyne).

Vivemos em uma época de crise inusitada, a exigir do homem, para ultrapassá-la, desenvolver uma intensidade de adaptação, um esforço e um risco excepcionais e sem precedentes. Necessita-se, de par, uma intensidade de reflexão proporcional à problemática a resolver; muda-se o quadro do pensamento humano e a própria forma de pensar.

Quando o homem se amedronta ante as transformações de sua situação, psicologicamente se produz o fenômeno de “projeção”, que pode atingir formas delirantes. Inconscientemente se projeta sobre os demais aquilo de que se tem medo, o homem agressivo se sente ameaçado por seu círculo social. Ora, o mundo alienado do humano é um mundo de medo e, quanto maior for este, menos é o homem capaz de assumir a responsabilidade do perigo a atemorizá-lo. Daí a atitude apocalíptica e maniqueísta: a máquina enlouquecida e mais poderosa do que o homem é o Anjo do novo Apocalipse. É todo um processo: esse maniqueísmo aumenta a angústia, esta mobiliza a agressividade, que é o preço do medo . . . Uma crise anunciadora de nova fase é amedrontadora, pelo que cabe ver nessa agressividade, de certo modo, o preço, o sintoma, o símbolo negativo do progresso. O combate que nos engaja não é contra a tecnologia, mas, sim, contra sua desumanização e degradação (Igor A. Caruso).

II) *a tecnologia em suas relações com a condição humana*. Três grandes problemas aqui nos aparecem:

a) *a relação entre o fim e os meios*. Dos fins emana o atritivo de que carece um mundo privado de fins conscientes, submergido em puros meios. O universo se polariza voltado para o valor da técnica, que toda-poderosa quanto aos meios, não é criadora de fins (o computador resolve os problemas até melhor do que seu criador,

mas não os formula). O reflexo sobre o político, reduzido pela inflação tecnológica dos meios, é o progressivo deprecimento dos fins, sinônimo de sua demissão. Valeria a fórmula: é preciso "que os técnicos sejam reis ou que os reis sejam técnicos"? Substituir a tecnocracia à política seria substituir o governo dos meios ao dos fins (Claude Soucy).

b) *a dessacralização do mundo*. É enorme a soma de equívocos que se amontoam no concernente à interpretação religiosa do desenvolvimento, muitos fabricados para efeitos políticos, na moldura da penetração cultural. A tecnologia é fonte de ideais imediatos, estimulantes do intercurso social, mas eles não são absolutos, como a fé. Pelo contrário, são sempre revisáveis e discutíveis, ao mesmo tempo que concretos e de fácil definição (Marc Pelegrin).

Com, ao menos, inteligência média e sentido das ordens de grandeza, humildade e adoração a Deus podem vir da tecnologia (Jean-Yves Eishenberger). O responsável de seu relacionamento futuro com o destino humano, aliás, não é o técnico como tal mas o homem com plena consciência de sua vocação (Paul Gardent).

c) *o destino da liberdade humana*. A tecnologia, enquanto prolongamento do corpo, é forma da presença humana, importando reconhecer o valor do repto e o domínio da matéria, com sua ambigüidade, além de que o sentido da história se entrega, a todo momento, à liberdade humana (Claude Soucy).

Questão a envolver itens básicos, não só pertinente ao conceito de pessoa humana, como também ao de seu vínculo social. Daí as palavras de Heidegger: "Para mim, a pergunta decisiva hoje em dia é que sistema político — se é que existe algum — está à altura da técnica." É a crise básica dos politólogos, quando nos ameaça "uma era de cientismo pragmático, em que as idéias se medem por um padrão contabilístico" (Pe. Avelino Rodrigues).

O sistema de valores repercute, fundamenta, sobre qualquer terreno da ação humana, ao integrá-la em suas diferentes facetas. A hierarquização das finalidades e seus vínculos com os meios utilizáveis, por exemplo, daí resultam e vão colorir toda a fixação de prioridades e todo o comportamento para atingi-las. O abandono do ponto referencial divino implica, forçosamente, a reelaboração do sistema, para repensá-lo ao influxo do valor relativo abraçado como pedra angular, com imperativos reajustamentos das normas governantes da ação prática. As decorências trágicas da ruptura de conjunto harmônico centrado no Criador não se visualizaram, de pronto, em toda sua latitude, quando reinava o triunfalismo eufórico apoiado no progresso material cumulativo.

As fissuras, todavia, não se demoraram a revelar. Presenciou-se, com espanto e horror, a brutalidade levada a níveis antes inconcebíveis, municiada pelo arsenal científico e tecnológico, justificada pela lógica de aço de teses inumanas, que partiam da premissa maior de um valor humano absolutizado...

A idéia de uma industrialização massificadora, a arrasar escolhas impiedosamente, já se abalou como a visão de uma etapa em ultrapassamento nos países

mais desenvolvidos, para atingir-se o oposto, graças a uma tecnologia apurada. Em conseqüência, delinea-se uma infinidade de alternativas, como esboçou vigorosamente Toffler, a impor aos homens verdadeira maré de posicionamentos decisórios, importante dado quantitativo, mas, sobretudo, realçador da essencial questão qualitativa que jaz em seu íntimo, escolher bem ou mal. Ora, isso importa em avaliar e classificar de acordo com uma escala, o que nos arroja, sem titubeios, à indagação de antes acerca de sua pedra angular.

É a primeira opção fundamental. Ao palmilhar a trilha reta do reencontro com Deus, o homem, consciente da plenitude de sua dignidade e da hierarquia de valores, vai para diante e para o alto. No entanto, se, pecador impenitente, tornar enfeitado na adoração de deuses forjados por sua habilidade científico-tecnológica, gloriando-se indigna e narcisisticamente, teremos a humilhante desventura de compormos as gerações figurantes do crepúsculo dos homens...

Penetração Cultural

O painel esboçado é suficiente para vincar a atualidade e a efetividade de um instrumento de estratégia psicossocial. É a penetração cultural, projeção do exterior caracterizada por fins políticos, facilitada pelo alcance dos meios de comunicação e com seu alvo ampliado pela explosão populacional.

A ênfase do ataque concretamente se concentra sobre as massas despreparadas e as faixas etárias ainda não engajadas, com plena consciência, na cultura onde vivem. A fórmula comum é a apresentação das elites como estranhas aos valores das massas e, por conseguinte, degradadas de dirigentes a opressoras, a terminologia de Toynbee. A ambiência psicológica criada por semelhante preparação é demoníaca, pois elimina, ou pelo menos abala, as bases da liderança e impele à busca de respostas políticas com valores importados, por vezes em conflito radical com os fundamentos da cultura nacional. Não olvidemos que, culturalmente, dirigente é algo mais do que aquele encarregado, pela estrutura social, de comandar; é, acima de tudo, aquele a quem os demais se dirigem à procura de soluções. A unidade espiritual de uma cultura é, portanto, o fator primeiro de sua sobrevivência nos contatos criadores com suas irmãs e na repulsa a agressões com intuítos políticos escravizadores. É educacionalmente, na verdade, que se obtém a chave da resposta vitoriosa a tal reptio.

No enfoque político, a seqüela do trabalho de sapa dos sistemas axiológicos é a incompreensão e o afastamento dos Objetivos Nacionais Permanentes, configuradores da fisionomia histórica do povo como nação. Traz, insidiosamente, a descaracterização da individualidade nacional, para conglomerar forças em redor de interesses grupais particularizados, até alienígenas, ao perder-se aquele ponto de referência finalístico, legítimo selecionador de prioridades.

É um instrumento da guerra revolucionária, objeto de um lúcido estudo do General Beaufre, na ótica de seu conceito de guerra a partir da função por ela

preenchida — “uma prova de força pela qual um grupo humano procura impor sua vontade a outro grupo humano”.

PERSPECTIVA GLOBAL DOS FENÔMENOS CRÍTICOS

Modelos Estruturais

Poucas palavras têm sido tão abusadas ultimamente, inclusive nos arraiais científicos, como as de estrutura e seus derivados. A extrapolação apressada de ferramentas credenciadas pela aplicação profícua na área antropológica, sem cuidado de prévia crítica conceitual para ajustá-las a outros conteúdos, acabou por engendrar tamanha barafunda que o diálogo se volve, pela ambigüidade terminológica, penoso, quando não estéril.

Raymond Boudon, à base de rigoroso exame da multiplicidade de conteúdos recobertos por um continente formalmente idêntico, purifica a questão filosoficamente. A noção de estrutura aparece no contexto de uma teoria hipotético-dedutiva verificável aplicada a um sistema, cuja interdependência de elementos é sua função explicar. Em suma, a estrutura é a teoria de um sistema.

A atraente precisão matemática contribui, por outro lado, para uma inclinação, às vezes descontrolada, pela quantificação de dados sociais. E daí se dessumem inferências cuja rigidez se acrescenta à medida que o intérprete pende para a órbita do determinismo histórico.

Os modelos estruturais conservam sua utilidade de ferramentas de pesquisa para aproximações parciais. Deles fazer um padrão rígido, porém, é engajar-se em uma aventura fracassada de início, ignorando a fecundidade da ação recíproca das ordens homólogas fática e potencial.

Com lastimável freqüência, os modelos forjados com semelhantes pressupostos perdem sua dúctil função de instrumento de trabalho de pesquisa para se transformarem em tipos ideais reivindicados politicamente. A escolha de uma rota de aproximação da conjuntura não deve implicar admissão de fracionamento real, pois não se trata de parcelas com fração correspondente das condições peculiares ao todo. Lida-se com uma categoria lógica e não ontológica. Mas o feitiço é grande, como assinalou Lord Bertrand Russell.

Sem contar a falácia envolvida da prévia opção do fator determinante na elaboração do modelo, há muito se denuncia, por exemplo, como errôneo o pretendido caráter exaustivo da mera alternativa capitalismo-socialismo como elemento prospectivo psicossocial — Simone Weil (1933), Bruno Rizzi (1939), James Burnham (1941), Pierre Fougeyrollas (1960) . . .

A análise de tais modelos revela a crescente inadequação entre os sistemas teóricos e a extrema cambiância dos tipos históricos concretos. Torturar a realidade, para encaixá-la em um esquema político dessa natureza, é abrir mão da possibilidade de compreender a integridade de um processo de magnitude universal. Inclina-

se os especialistas, conseqüentemente, para um enfoque sistêmico, abrangente de todas as variáveis identificáveis, colocando-se a noção de estrutura como teoria do sistema.

Não é demais insistir na riqueza de aproveitamento de novos conhecimentos incorporáveis à ação política daí decorrente. Já não se trata da adesão apenas sentimental a pessoas ou normas obscuras, mas de um estudo racional permissivo de adequação dos partidos à conjuntura nacional. Nessa tarefa de estratégia política, abundam recursos intelectuais de criação recente — a ciência da programação e a análise input-output (contabilidade interna do programa), que cuidam dos meios ajustados à realização de um dado fim, quando os meios são mensuráveis e o fim pode ser alcançado em graus diferentes; a cibernética, que estuda de maneira abstrata um sistema de elementos ligados por relações de interação recíproca e que traduz em termos matemáticos as relações entre causas e efeitos, e suas ações recíprocas, determinando o desenvolvimento do sistema; a prospectiva, como estudo de um futuro longínquo, das tendências e dos fatores determinantes de uma técnica de previsão com vistas à preparação da ação.

Linhas Tendenciais

Com esse posicionamento, importa ao investigador a definição das variáveis predominantes na conjuntura contemporânea, linhas de força que se expressam em uma Wettanschaming. Três grandes linhas tendenciais identifica o Padre Fernando Bastos d'Ávila, S.J.:

I — a catalisação da consciência mundial em torno do projeto do desenvolvimento e a exaustão das ideologias, como batalhas verbais quanto a sistemas. Passou-se do cartesianismo sistemático ao pragmatismo da eficiência, notando-se:

- a) o desenvolvimento como fenômeno social global;
- b) o caráter distrófico do processo de desenvolvimento, sem sincronia ou homogeneidade nos diferentes setores;
- c) seu caráter ambíguo, pois pode levar à massificação despersonalizante ou à criação das condições indispensáveis à participação de todos os que colaboram no processo.

II — tendência contestatária, marcada por dois pontos:

- a) aspecto explosivo do crescimento demográfico;
- b) aspecto implosivo da tecnologia moderna (Mc-Luhan); o saber humano toma sentido participante, operacional e criador, relegando para os computadores a acumulação sistemática de conhecimentos, que resume o processo antigo da aprendizagem.

III — profunda convergência, subjacente à extrema dispersão conflitante dos movimentos mais superficiais.

UMA RESPOSTA: O HOMEM BRASILEIRO

A exposição anterior buscou desenhar, a largos traços, o desafio de nosso tempo. A resposta que lhe dá o homem brasileiro, apreciada em perspectiva contemporânea, é a rota identificadora de sua caracterização. Estamos, portanto, às voltas com problemática concernente ao homem situado, ou seja, "o homem concreto, específico, quanto a sua situação, em espaço e em tempo físicos e sociais" (Gilberto Freyre).

Uma aproximação quantitativa nos revela marcos de interesse. A população mundial, em 1976, atingiu a cifra de 4 bilhões, quando não ultrapassava 1,8 bilhões em 1900 e 2,5 bilhões em 1950. Nesse ano de 1976, o Brasil surge com 105 milhões, com densidade de 12 habitantes por km², caso bem distinto dos configurados, p. ex., pela China, com 828 milhões (85 hab/km²), e por Bangladesh, com 72 milhões (507 hab/km²).

Apoiados no recenseamento último, podemos acentuar alguns pontos. O crescimento vegetativo da população brasileira é dos mais elevados do mundo (taxa de 3,00, em 1950-1960, e de 2,82, em 1960-1970), só comparável ao de alguns países latino-americanos (México, Equador, Costa Rica) e asiáticos (Malásia). Com 44% com menos de 15 anos e 42% do restante populacional no grupo 15-44 anos, faixa de maior fecundidade ou intensa reprodutividade da mulher, é fácil perceber o peso específico desse dado no plano internacional, mormente quando 10% das 200.000 crianças que nascem diariamente são latino-americanas. Os brasileiros, em 1940, representavam 31,2% da população da América Latina e 1,8% da mundial, enquanto em 1970 tais números subiam, respectivamente, para 32,6% e 2,5%.

Definiu-se, em 1970, uma tendência que se avolumava de há muito. Nossa população era predominantemente urbana (56% contra 44% rural) e com grande mobilidade, pelo menos uma vez mais de 1/3 já migrara do município natal.

As sombras não faltam no quadro. A densidade regional carece de equilíbrio, vai de 1 hab/km² no Norte a 43,9 hab/km² no Sudeste. A mortalidade infantil é de 102/00, quando no México é 68,5/00 na URSS de 24,4/00, nos USA de 19,8/00 e na França de 15,1/00. A vida média (1960-1970) é de 53,8 anos, no momento em que é de 74,1 anos na Suécia.

E, indicador de participação nos benefícios do processo de desenvolvimento, a má distribuição de renda. Entre 1960-1970 a renda média dos 10% mais ricos aumentou cumulativamente cerca de 67%, ao passo que para os 10% mais pobres o acréscimo foi de apenas 28%.

O Ministro da Previdência Social calculava, em 1976, os componentes do quarto extrato em 17 a 25 milhões. Grupo que não participa das vantagens do desenvolvimento, em volume socialmente perigoso, e a refletir-se no fato de que 30% da população paulista é marginalizada, segundo o Secretário Mário Altenfelder — isso na unidade mais rica da Federação.

Ora, a faixa etária de 0 a 6 anos é de excepcional importância para a formação física e mental, sendo a mais vulnerável, às carências nutricionais ou afetivas, com seqüelas irreversíveis, como comprovou o Professor Nelson Chaves. Nada estranhável a crise familiar, pois 34% das crianças geradas e criadas sem amor se tornam maus chefes de família e maus cidadãos, nem que, nos "cinturões de miséria" das grandes cidades, 65 a 70% dos nascidos sejam filhos de mães solteiras ou mulheres promíscuas, muitas vezes ignorando os pais.

Talvez nenhum melhor indicador das brechas, defasagens e injustiças existentes do que o mal denominado *problema do menor*. Em verdade, vítima potencial de males sociais profundos, o menor não é causa do problema, mas o sintoma de questões insolvidas que o sacrificam imoralmente.

A brasileira é a mais miscigenada das grandes populações nacionais modernas, com presença européia que vai até 62%, menos do que os 80% da Costa Rica, 90% do Uruguai e 97% da Argentina. A presença africana, de 11%, só é inferior na América Latina, à ocorrente no Panamá.

Álvaro Osório de Almeida sugeriu que o homem brasileiro seria diferente, em seu metabolismo, do homem das áreas temperadas. Gilberto Freyre, em conferência na Universidade de Sussex, admitiu uma meta-raça em nosso país, para "reconhecer um tipo brasileiro, já nacional, de Homem, e que se define mais por características psicoculturais, que lhe sejam próprios, do que por características biofísicas especificamente brasileiros".

Com nível educacional médio ainda relativamente baixo, essa população, mercê da tecnologia, é arrastada a fazer face às questões levantadas, em todo o globo relativas a seu destino, direta ou indiretamente. Segundo Mauro Sales, há em nosso país (1974) 1.000 jornais, sendo 250 diários, com cerca de 1 bilhão de exemplares por ano, enquanto as revistas chegam a 500, das quais 300 circulam em mais de um Estado atingindo 200 milhões de exemplares anualmente. Jornais e revistas, assim, permitem alcançar uma clientela potencial de 18 a 22 milhões de leitores, ou seja, 17 a 19% da população.

Estima-se, em 1973, a edição de 160 milhões de exemplares de livros, registrados 1.139 pontos de venda (livrarias, bazares, papelarias), embora só de 500 a 600 possam ser consideradas livrarias. A UNESCO, em 1970, deu ao Brasil menos de 1 exemplar de livro editado por habitante, quando, a taxa na União Soviética era 4,7 e na França 6,6. E os USA já contam 6.000 editoras, sendo 250 consideradas grandes.

Cerca de 250 milhões de assistentes freqüentaram, em 1973, menos de 3.000 salas de projeção. Com 1.005 estações de rádio comerciais, calcula-se em 32 milhões os aparelhos receptores, inclusive os portáteis e auto-rádios, o que dá, para 1974, uma audiência máxima possível de 80% da população. Já, nesse mesmo ano, a audiência potencial da televisão era de 28% da população, havendo 64 estações comerciais e 4 educativas, com 8 milhões e 650 mil receptores.

O exame dos interesses e aspirações nacionais é o roteiro para bem compreender o homem brasileiro, pois sua verificação, em determinado estágio histórico, é traduzida por Objetivos Nacionais. Dentre estes se destacam os Permanentes ao abranger interesses e aspirações vitais, por isso mesmo de longa subsistência, a motivar e conformar, em cada etapa, todas as manifestações de um povo como nação.

O elenco, didaticamente acolhido na ESG, dos Objetivos Nacionais Permanentes (integridade territorial, integração nacional, democracia, progresso, paz social, soberania) há que ser entendido em seu conteúdo. A sinonímia do continente com os de outras nações não importa identidade, sendo formal e ocasional. O sentido de cada um só é desvendado através de sua cristalização no desdobramento histórico-cultural brasileiro, demonstrando-se as opções mestras da nacionalidade.

Sob a perspectiva contemporânea do desenvolvimento global, o brasileiro quer a marcha acelerada nesse caminho, a superar a condição atual de potência média, mas, simultaneamente, revela o firme propósito de preservar sua fisionomia nacional. Quer o desenvolvimento, sim, porém antes de tudo quer continuar a ser brasileiro.

Isso se afirma, coerentemente, ao ponderarmos os atributos típicos do caráter nacional (individualismo, adaptabilidade, improvisação, vocação pacifista, cordialidade, emotividade), que também valem na medida de sua inteligência no seio da conjuntura brasileira. Externam-se no comportamento visando a alcançar e manter os Objetivos Nacionais. Nada demais insistir que o conceito de objetivo implica a nota de ação, cuja tipologia, conforme Max Weber, nos é auxílio de monta. Em um mundo racionalizado, o brasileiro ainda age, sobretudo, levado por tradição e emoção, a suscitar uma complexa problemática política, inclusive de natureza ética, e florescer na inclinação sebastianista remarcada por João de Scantimburgo.

Capítulo vital de nossa História Íntima, pouco lavrada, ante a penúria de nossos quadros, e sob risco de multinacionalização, ao ser deixada aos profissionais estrangeiros, quando "ninguém deve saber mais sobre a formação brasileira que os próprios brasileiros" (José Honório Rodrigues).

Fomos incorporados à "franja proletária" da Civilização Ocidental por uma das grandes potências da época. Forjador de novas fronteiras, Portugal ambiciona abarcar o mundo com as pernas, notulam os sagazes venezianos. Mas estará equipado para tanto? Sua população, em 1527, era calculada em 1.122.112 habitantes (280.528 fogos, com média unitária de 4 pessoas) e sua sociedade já tem o "caráter ambíguo que lhe empresta uma ordem nobiliárquico-eclesiástica assente numa economia mercantilista até à medula" (Vitorino Magalhães Godinho).

Eis o pórtico para ingressarmos em apreciações qualitativas. Capistrano de Abreu indigna, na Colônia, o domínio das "tradições do servilismo", vincando: "a população era disseminada e as comunicações difíceis tornavam raros os contatos, favoreciam as desconfianças, despertavam antipatias, concorriam para a insociabilidade e subjetivismo, que tanto caracteriza o brasileiro". A resistência era impraticá-

vel e a tendência para o idealismo, "este vezo de antes de tudo indagar o que a nosso respeito dirão na Europa", não podia deixar de produzir maus resultados.

A necessidade do empossamento do território, a rarefação demográfica e a chaga da escravidão atuam conluídos sobre os costumes — não se peca além do equinócio . . . Patriarcas como Jerônimo de Albuquerque ou Fernão Dias Pais geram dezenas de bastardos.

Anchieta, em 1583, depõe: "é terra desleixada e remissa e algo melancólica, e por esta causa os escravos e os índios trabalham pouco, e os portugueses, quase nada, e tudo se leva em festas, convívios e cantares". Ainda agora, por sinal, um órgão da imprensa gaulesa nos resumia a um povo de violonistas e sambistas . . .

Um visitante estrangeiro do Rio de Janeiro, no navio *L'arc-en-ciel*, em 1748, vê os portugueses do Brasil como "possuidores indolentes" do mais belo país do mundo, amantes de fausto ruinoso e frívolo, derivado de enorme vaidade, e afirma: "a ociosidade combinada com a influência de um clima ardente parecem a causa de sua libertinagem e do amor desordenado que têm pelas mulheres".

Matizes recalcados, em tempos de D. João VI, em testemunhos franceses. O negociante Gendrin encontra no povo a única ambição de ganhar o suficiente para cruzar os braços, pois, dormindo-se em plena dia, se faz do repouso a felicidade suprema. Tollenare, impressionado pela indolência generalizada, registra costumes frouxos: "os rapazes de 13 a 14 anos têm amantes e são admitidos às mesas de jogos". E mais adiante: "as moças ficam núbéis aos dez anos e bem como os rapazes, vivem extenuados pelo onanismo; este hábito horrível é conservado mesmo na idade mais viril; eu o atribuo ao lazer e à preguiça do espírito. Não ouvi falar em moléstias nervosas; a imaginação trabalha aqui tão pouco!"

O isento Saint-Hilaire, por seu turno, chega a exclamar: "na Igreja Brasileira não há o que possa causar espanto: está fora de todas as regras!"

Quando se acerca a Independência e se desatam paixões, os impropérios que nos assacam os malquerentes chovem sem interrupções. Manuel Fernandes Tomás, em 1821, em fúria recolonizadora qualificava os habitantes do Brasil como "hordas de negrinhos", nossos povoadores como "calcetas de toda a Europa e meretrizes de Lisboa", nosso país como "um gigante, em verdade, mas sem braços, nem pernas". O misterioso Francisco de Sierra e Mariscal, em 1823, assegura que os brasileiros, em geral, são "frívolos, preguiçosos, inconstantes e imorais". Bem mais tarde, mesmo para Agassiz o brasileiro continua "um tipo indescritível, cuja energia física e mental se enfraqueceu".

Na Corte do primeiro Imperador, em meio à intriga para afastar Maria Graham, falavam os servidores, vindos com a Casa Real, para o Brasil, em sua prestação ao deixar famílias e lares, "através do terrível oceano, para viver numa terra que não prestava senão para macacos e negros".

Nessa linha de malevolência, o auge está na opinião do Conde de Gobineau, confidenciada em carta (Rio, 29 de janeiro de 1869) à esposa: "o Brasil não

pode ser alguma coisa senão com a condição de ver desaparecer os brasileiros; é uma população inepta, viciosa até a medula e da qual é impossível fazer o que quer que seja; não tem mais força no físico do que no moral".

Capistrano de Abreu, com pinceladas fortes, retrata, em 1879 e 1881, o caráter nacional: "impaciente, imprevidente, desdenhando a procura dos meios na contemplação indolente dos fins, esquecendo ao disparar, que existem obstáculos contra os quais se deve premunir, e afrouxando desde que o obstáculo mais insignificante se opõe à marcha torrencial". E mais: "somos incapazes de pensar em uma coisa oito dias antes de fazê-la, e por isso as manifestações coletivas revestem entre nós um caráter constante de patulêia".

Há que ter presente uma tônica do caráter do povo brasileiro, remarcada desde a fase colonial, qual seja, frouxidão dos laços sociais, a falta de acercamento durável e profundo em associações voluntárias. Traço frisante de psicologia social, fotografado na pronta dissolução dos grupos assim que se alcança o fim imediato do esforço conjunto. O desejo de solidariedade é muito fraco no brasileiro, "quase que sensível apenas no parentesco próximo e à identidade de religião", no ensino de Gilberto Freyre. Cada família é uma república, dizia do Maranhão o Padre Antônio Vieira.

O fato é registrado, com isenção, por Saint-Hilaire e Capistrano de Abreu, enquanto Tobias Barreto, em 1879, no célebre Discurso em mangas de camisa, é contundente: "O que mais salta aos olhos, o que mais fere as vistas do observador, que bem se pode chamar o *expoente* da vida geral do país, é a falta de coesão social, o desagregamento dos indivíduos, alguma coisa que os reduz ao estado de isolamento absoluto, de átomos inorgânicos, quase podia dizer, de poeira impalpável e estéril. Entre nós, o que há de organizado, é o Estado, não é a Nação; é o governo, é a administração, por seus altos funcionários na Corte, por seus sub-rogados nas províncias, por seus ínfimos caudatários nos municípios; — não é o povo, o qual permanece *amorfo* e dissolvido, sem outro liame entre si, a não ser a comunhão da língua, dos maus costumes e do servilismo. — Os cidadãos não podem, ou melhor, não querem combinar a sua ação." E em outra oportunidade: "No Brasil, povo significa uma multidão de homens, como *porcada* significa uma multidão de porcos."

Oliveira Viana adjetiva "restritíssimo" o âmbito de nossa solidariedade social, explicando: "As formas de solidariedade voluntária, de cooperação espontânea e livre, só aparecem entre nós sob a ação empolgante dos grandes entusiasmos coletivos: a frio, com a automaticidade instintiva dos anglo-saxões, não as criamos, nem as sustentamos nunca. Partidos políticos ou ligas humanitárias, sociedades de fins morais ou clubes recreativos, todas essas várias formas de solidariedade têm entre nós uma vida artificial e uma duração efêmera."

Conseqüência da frouxidão de estrutura social, nota Sérgio Buarque de Holanda, é que "os elementos anárquicos sempre frutificaram aqui facilmente, com a cumplicidade ou a indolência displicente das instituições e costumes. As iniciativas, mesmo quando se quiseram construtivas, foram continuamente no sentido de

separar os homens, nunca de os unir. Os decretos dos governos nasceram em primeiro lugar da necessidade de se conterem e de refrearem as paixões e as opiniões dos homens, só raramente da pretensão de se associarem as suas forças".

Um traço paralelo se remarca na vida cultural, com a preferência pelo autodidatismo, em detrimento do estudo metódico em conjunto. O brasileiro, infenso ao trabalho de equipe, opta pela obra individual, onde, a par de sua autoria inequivocamente registrada, está liberado de renúncias em prol de idéias alheias vencedoras no grupo e pode manter sua personalidade soberanamente dominante.

Tais características, pela dispersão de forças, enfraquecem as barreiras oponíveis às ofensivas psicossociais com fins políticos. Sob o impacto e as agruras do mundo contemporâneo, todavia, sensíveis mudanças institucionais aconteceram no Brasil, cuja cultura, no sentir de Tristão de Ataíde, revela "uma unidade pluralística". Pode-se, então, constatar uma aceleração do ritmo de ajustamento às circunstâncias dos tempos novos e, animadoramente, um incremento de solidariedade, embora ainda mais se manifeste nas idéias do que na ação.

Dois depoentes contemporâneos rebuscam na herança portuguesa contributos negativos, a obstaculizar a elaboração de uma resposta criativa brasileira ao repto de um mundo caleidoscopicamente cambiante.

Nossa sociedade, para José Honório Rodrigues, não se caracteriza por mudanças rápidas, estando nosso conservadorismo "empoçado de um marasmo estéril e de uma estagnação relaxada e indisciplinada".

Carlos Lacerda, na derradeira entrevista a Leo Gilson Ribeiro, é drástico: "acho que há (no Brasil) um pavor à inteligência, ela é malvista ou vista com desconfiança. A pessoa que tem idéias próprias é sempre uma pessoa incômoda. A pessoa dotada de imaginação é sempre uma pessoa que perturba aquela placidez lacustre em que as coisas se passam à base das mordomias, à base da burocracia, à base dessa tecnocracia improvisada. A retórica saiu da Faculdade de Direito e foi para a Faculdade de Economia".

Enfatizamos, neste exemplário, os brados contra nossas falhas, nossos defeitos e pecados. Nada custoso resenhar, ao lado, os elogios laudatórios que acabam por cristalizar-se no *ufanismo*, cuja transposição psicossocial faz de Macunaíma, o herói sem caráter, uma aparição demoníaca.

Nosso propósito, todavia, é exatamente atentar por onde somos combatidos e para as barreiras a vencer. Às invectivas alienígenas o espírito popular responde com tranqüila despreocupação, pois Deus é brasileiro, ou com generalizações agressivas. No 1º Reinado, o explorador Victor Jacquemont se escandaliza com a simplicidade com que os cariocas extrapolam as aventuras de D. Pedro I com as modistas da Rua do Ouvidor: para eles todos os franceses são cabeleireiros, todas as francesas, mulheres fáceis...

A face positiva dos atributos típicos do caráter nacional explica como, superando erros e omissões, construímos nossa Pátria e cerramos fileiras em torno dos Objetivos Nacionais Permanentes.

Os valores cristãos embebem tais atributos em sua concretização e lhes dão o traçado humanista, que a Nação, mesmo nos minutos mais terríveis, tem pugnado por preservar.

Conciliador e otimista, para observadores do Hudson Institute (agosto de 1970), o brasileiro apresenta uma característica apreendida, finamente apreendida por Toynbee, um nacionalismo irônico e cordial. Eis uma nota indissolúvelmente conectada, com a ação política a exprimir a alma nacional, avessa a ódios xenóforos. Nacionalismo que, há meio século, com lucidez previsora, Epiácio Pessoa formulou como se agora estivesse conosco:

"Ser nacionalista não é hostilizar o estrangeiro que nos traz a nós, país imenso e despovoado, o concurso honesto da sua inteligência e do seu trabalho; que vem ajudar-nos a descobrir, explorar e mover os tesouros inesgotáveis do nosso solo abençoado; ou que aqui chega, cheio de confiança em si mesmo, e faz de nossa gente a sua família e de nossa pátria a sua própria pátria.

Ser nacionalista é amar o Brasil acima de tudo; é fazê-lo o nume inspirador das nossas palavras e ações; é ter orgulho de ser brasileiro; é trabalhar até o sacrifício pelo progresso moral e material da nossa terra; é defender as imunidades do nosso domínio e não tolerar que, em nossa casa, sejamos relegados à simples condição de hóspedes; é não consentir que se dilua o nosso amor pelo país, sob a influência de um cosmopolitismo desfibrado e dissolvente; é, em suma, não ter outra preocupação que não seja a de fazer o nosso Brasil cada vez mais rico, poderoso e feliz, com o estrangeiro, sem o estrangeiro ou contra o estrangeiro."

CONCLUSÃO

A própria relatividade inerente ao conceito do Poder Nacional pressupõe que seus condicionantes espaço-temporais estejam sob estudo permanente, para não ficarem imbuídos de noções caducas. Daí procedem elementos que não se exaurem em informações de teor doutrinário, porquanto também colocam normas para atividades práticas. Sobre todos se exercita a visão ampla do político dotado dos requisitos weberianos de paixão pela causa, sentimento de sua responsabilidade e agudeza psicológica do golpe de vista.

Estamos nas encruzilhadas de um mundo com desmesurado poderio, dominador das coisas sem ser dono de si mesmo, potencialmente apto a grandes realizações e sem saber o que realizar . . .

As fronteiras agora passam por dentro de nós, riscadas pela luta à cata de adesão a sistemas de valores a engajar a totalidade da vida. E as instituições nacionais não defluem só das circunstâncias, mas "são também a expressão de uma certa concepção filosófica da existência e da vida política" (Bernard Basse).

O homem brasileiro, isto é, o tipo brasileiro de Homem, principalmente definido por características psicoculturais, é a resposta nacional ao desafio do mundo em que vivemos. Rejeita a fraqueza de "não ser capaz de olhar de frente o severo destino de seu tempo" (Max Weber) e aumenta a responsabilidade do papel das elites na configuração do amanhã. Compete-lhes, inspiradas nos valores que conformam a nacionalidade, eliminar as ameaças universais de "decadência que acarretam o anonimato dos poderes, a mediocridade dos dirigentes, a passividade das multidões sem alma" (Raymond Aron).

Que sempre esteja o Homem Brasileiro, com serenidade, coragem e sabedoria, consciente do dever perante nossa herança social e moralmente à altura de agir de acordo com o lema, escrito com a pena e exemplificado com a vida, legado por Siqueira Campos: "à Pátria tudo se deve dar e nada pedir; nem mesmo compreensão!"